



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste instrumento é o **Credenciamento** de pessoas jurídicas visando a prestação de serviços de hotelaria e restaurante tipo self-service, para atender às demandas da administração pública no Município de Além Paraíba/MG, conforme especificações nas tabelas constantes no Apêndice I deste Termo de Referência.

1.2. Os serviços objeto deste credenciamento são enquadrados como serviços comuns.

1.3. Este credenciamento consiste em instrumento administrativo de chamamento público, processado por edital, interessadas em credenciar-se para oferecer os serviços de acordo com a demanda do Município de Além Paraíba.

1.4. O credenciamento estará disponível enquanto vigência do Edital que o regulamenta, até disposição em contrário, a ser determinada pela autoridade competente.

1.5. A revogação do Edital de Credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

1.6. A quantidade de procedimentos mensais poderá variar conforme demanda.

1.7. O **credenciamento**, é um procedimento auxiliar previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/21, sendo que para este objeto, a alternativa mais adequada é a contratação com base no inciso II, onde escolha do prestador de serviços é realizada diretamente pelo beneficiário, garantindo maior liberdade e adequação às suas necessidades. Ao mesmo tempo, preserva-se a isonomia, já que os valores praticados permanecem iguais entre todos os credenciados, evitando distorções de mercado e assegurando justiça, transparência e eficiência no processo de contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade recorrente da Administração Pública Municipal de Além Paraíba/MG de dispor, de forma eventual, de serviços de hospedagem e alimentação destinados a atender, sob demanda, às atividades institucionais que envolvem o deslocamento de técnicos, consultores, prestadores de serviços ou convidados oficiais ao território municipal. Busca-se assegurar a execução planejada e transparente dessas ações, prevenindo riscos de fracionamento de despesas e garantindo maior eficiência na gestão pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta a seguir contempla a prestação de serviços de hotelaria e alimentação em regime de self-service, considerando todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a concepção até a operação contínua e eventual desmobilização.

3.1.1 **Serviço de hospedagem:** a solução objeto deste Termo de Referência contempla a prestação de serviços de hospedagem, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a concepção até a operação contínua e eventual desmobilização,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

compreendendo o planejamento e estruturação da proposta de hospedagem com padrões de qualidade, conforto, segurança e acessibilidade; a implantação e adequação da infraestrutura física necessária, incluindo acomodações, áreas comuns e serviços complementares, bem como a disponibilização de mobiliário e equipamentos adequados e a capacitação das equipes responsáveis; a operação diária dos serviços de hospedagem, assegurando hospitalidade, higiene e bem-estar dos usuários, com manutenção preventiva e corretiva das instalações; a gestão e monitoramento da execução contratual, com controle de insumos, custos operacionais, indicadores de desempenho e cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; e, por fim, a desmobilização ou encerramento, com procedimentos de higienização, descarte adequado de resíduos, avaliação final da prestação de serviços e possibilidade de reaproveitamento ou realocação de equipamentos e mobiliário.

3.1.2 Serviço de Refeição tipo self-service: a solução objeto deste Termo de Referência contempla a prestação de serviços de fornecimento de refeições em regime de self-service, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a concepção até a operação contínua e eventual desmobilização, compreendendo o planejamento e estruturação da proposta de alimentação com padrões de qualidade, segurança alimentar, higiene e conforto; a implantação e adequação da infraestrutura necessária, incluindo salão de refeições, equipamentos e utensílios apropriados, bem como a capacitação das equipes responsáveis pela preparação, manipulação e atendimento; a operação diária dos serviços, assegurando variedade, qualidade nutricional, controle de desperdício e conformidade com as normas sanitárias vigentes; a gestão e monitoramento da execução contratual, com controle de insumos, estoques, custos operacionais e indicadores de desempenho; e, por fim, a desmobilização ou encerramento, com procedimentos de higienização, descarte adequado de resíduos, avaliação final da prestação de serviços e possibilidade de reaproveitamento ou realocação de equipamentos e mobiliário

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os serviços de hotelaria objeto deste credenciamento deverão observar critérios de sustentabilidade, compreendendo a adoção de práticas voltadas à eficiência energética, como utilização de iluminação LED, sensores de presença e sistemas de climatização eficientes; à gestão racional da água, mediante dispositivos economizadores e reaproveitamento de águas pluviais; à correta gestão de resíduos, com coleta seletiva, redução de plásticos descartáveis e incentivo ao uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis; à responsabilidade social, valorizando mão de obra local, garantindo condições de trabalho justas e promovendo acessibilidade; ao consumo consciente, priorizando fornecedores locais e sustentáveis, oferecendo alimentos orgânicos e incentivando a redução de desperdícios; à conformidade ambiental, com cumprimento das normas vigentes e busca por certificações reconhecidas;

4.2. Os serviços de fornecimento de refeições em regime self-service objeto deste credenciamento deverão observar critérios de sustentabilidade, compreendendo a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

adoção de práticas voltadas à eficiência energética, como utilização de iluminação LED, equipamentos de cozinha de baixo consumo e sistemas de refrigeração eficientes; à gestão racional da água, mediante dispositivos economizadores e reaproveitamento de águas pluviais; à correta gestão de resíduos, com coleta seletiva, redução de plásticos descartáveis e incentivo ao uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis; à responsabilidade social, valorizando mão de obra local, garantindo condições de trabalho justas e promovendo acessibilidade; ao consumo consciente, priorizando fornecedores locais e sustentáveis, oferecendo alimentos orgânicos e de origem responsável e incentivando a redução de desperdícios; à conformidade ambiental, com cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e busca por certificações reconhecidas; e, por fim, à educação e sensibilização de colaboradores e clientes, por meio de programas de conscientização e divulgação das práticas sustentáveis adotadas pelo estabelecimento.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.3. Não aplicável à presente contratação

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.4. Não aplicável à presente contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não aplicável à presente contratação.

Subcontratação

4.6 É vedada a subcontratação total dos serviços objeto desta contratação, nos termos do art. 122 da Lei 14.133/2021.

Garantia da contratação

4.7 Não aplicável à presente contratação.

Vistoria

4.8 Não aplicável à presente contratação.

Requisitos técnicos

4.9 Para serviço de hospedagem:

4.9.1 Quartos em boas condições de uso, com cama individual ou de casal, colchão em bom estado, travesseiros, roupas de cama e banho limpas e sem avarias;

4.9.2 Banheiro privativo com vaso sanitário, chuveiro, pia, espelho e ventilação adequada, com fornecimento de papel higiênico, sabonete e toalhas limpas;

4.9.3 Ambientes higienizados regularmente, com controle de pragas, coleta adequada de resíduos e limpeza diária das áreas comuns;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

4.9.4 Café da manhã incluso na diária, servido em local apropriado, com variedade de itens alimentares seguros para o consumo, conforme normas da vigilância sanitária;

4.9.5 Disponibilidade de Wi-Fi gratuito com sinal estável nos quartos e áreas comuns;

4.9.6 Atendimento 24 horas na recepção ou por responsável designado;

4.9.7 Tratamento respeitoso, cordial e profissional aos hóspedes, com equipe capacitada para o atendimento ao público e comprometida com a prestação de serviço de qualidade.

4.10 Para serviço de fornecimento de refeição self-service:

4.10.1 servido em local apropriado, com variedade de itens alimentares seguros para o consumo, conforme normas da vigilância sanitária

4.10.2 As refeições devem ser servidas em ambiente limpo, organizado e com estrutura adequada para exposição dos alimentos.

4.10.3 Os alimentos oferecidos devem estar dentro dos padrões higiênico-sanitários, livres de contaminação e preparados conforme normas da vigilância sanitária.

4.10.4 Para adequado controle da temperatura os alimentos quentes devem ser mantidos acima de 60 °C e os alimentos frios mantidos abaixo de 10 °C.

4.10.5 Os balcões devem possuir proteção contra contato direto do consumidor (ex.: protetores salivares).

4.10.6 Utensílios, tais como talheres e conchas devem ser disponibilizados em quantidade suficiente e higienizados regularmente.

4.10.7 Superfícies, equipamentos e utensílios devem ser limpos e desinfetados com frequência.

4.10.8 Funcionários devem usar uniforme limpo, touca ou rede para cabelo, e manter boas práticas de higiene pessoal.

4.10.9 O ambiente deve estar livre de insetos e roedores, com medidas preventivas implementadas.

4.10.10 A água potável deve ser utilizada em todas as etapas de preparo e higienização.

4.10.11 Os Resíduos de lixo deve ser acondicionado em recipientes com tampa e retirado regularmente para evitar contaminação.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.6.1 As condições de execução dos serviços de hospedagem objeto deste credenciamento deverão assegurar:

5.6.1.1 a plena disponibilidade da infraestrutura física necessária, incluindo acomodações adequadas, áreas comuns e serviços complementares, observando padrões de qualidade, conforto, higiene, acessibilidade e segurança;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.6.1.2 garantir a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos, de modo a preservar a continuidade e a eficiência da prestação dos serviços;

5.6.1.3 assegurar a capacitação e atuação das equipes responsáveis pela recepção, atendimento, limpeza e suporte, em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao setor de hotelaria;

5.6.1.4 implementar procedimentos de gestão e monitoramento da execução contratual, com controle de insumos, custos operacionais e indicadores de desempenho;

5.6.1.5 observar práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, incluindo a correta gestão de resíduos, uso racional de recursos naturais e promoção de condições de trabalho justas, de forma a garantir a qualidade, a regularidade e a conformidade da prestação dos serviços durante toda a vigência do credenciamento.

5.6.2 As condições de execução dos serviços de fornecimento de refeições em regime self-service objeto deste credenciamento deverão assegurar:

5.6.2.1 a plena disponibilidade da infraestrutura física necessária, incluindo salão de refeições, equipamentos e utensílios adequados, observando padrões de qualidade, higiene, segurança alimentar e acessibilidade;

5.6.2.2 garantir a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos, de modo a preservar a continuidade e a eficiência da prestação dos serviços;

5.6.2.3 assegurar a capacitação e atuação das equipes responsáveis pela preparação, manipulação e atendimento, em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao setor de alimentação;

5.6.2.4 implementar procedimentos de gestão e monitoramento da execução contratual, com controle de insumos, estoques, custos operacionais e indicadores de desempenho;

5.6.2.5 observar práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, incluindo a correta gestão de resíduos, uso racional de recursos naturais e promoção de condições de trabalho justas, de forma a garantir a qualidade, a regularidade e a conformidade da prestação dos serviços durante toda a vigência do credenciamento.

5.6.3 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Será disponibilizada aos beneficiários a relação dos credenciados para prestação dos serviços de hotelaria e fornecimento de refeições em regime self-service, considerando que, nos termos do art. 79, inciso II, a escolha caberá ao beneficiário;

b) Uma vez escolhida a pessoa jurídica pelo beneficiário, será providenciada a contratação por meio de processo de inexigibilidade;

c) Os credenciados deverão estar aptos a iniciar a prestação dos serviços em até 5 (cinco) dias contados da assinatura do contrato;

d) A contratada somente poderá prestar os serviços às pessoas previamente autorizadas pela Prefeitura Municipal de Além Paraíba;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

e) Para os fins do item anterior, considera-se prévia autorização o documento expedido pela Prefeitura contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome do beneficiário, número de documento de identificação e detalhamento dos serviços autorizados;

f) Caberá à contratada verificar a identidade civil do beneficiário antes da efetiva prestação dos serviços;

g) Ficará a cargo da contratada a comprovação da efetiva prestação dos serviços, devendo apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos e registros necessários que atestem a execução, sob pena de glosa dos valores correspondentes às parcelas não comprovadas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.7 Os serviços serão prestados na sede da empresa contratada, conforme Autorização do Início dos serviços.

Materiais a serem disponibilizados

5.8 A contratação pressupõe a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução. Por isso, os equipamentos, insumos e recursos humanos necessários para a realização dos serviços serão de responsabilidade da contratada, no local previsto pela mesma para realização dos procedimentos.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.9 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a vigência do respectivo contrato.

6.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.12 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

Fiscalização Administrativa

6.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

7.1 Considerando A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

7.7.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.9.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

7.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.14 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.15 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1 o prazo de validade;

7.15.2 a data da emissão;

7.15.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5 o valor a pagar; e

7.15.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

7.21 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.23 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado, em cada documento fiscal emitido.

7.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.30 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado segundo critérios estabelecidos em edital de credenciamento correspondente, nos termos do art. 79, inc. II que trata da seleção a critério de terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes MUNICIPAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17 Prova de regularidade com a Fazenda MUNICIPAL/DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos MUNICIPAL/DISTRITAL relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.20 Alvará expedido pela autoridade sanitária da jurisdição da empresa proponente.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação para um período de 12 (doze) meses será de 100 (cem mil) reais, e os valores unitários serão apurados pelo Setor de Compras, nos moldes descritos no Anexo do presente termo.

9.2 Considerando que não dispomos de memória de consumo referente ao Lote 01 e que o quantitativo será estimado com maior precisão no momento da contratação, a qual ocorrerá por inexigibilidade; considerando ainda que o objetivo deste credenciamento é ampliar a participação de fornecedores, estabelece-se que, do valor global estimado, R\$ 40.000,00 corresponderão ao Lote 01 e R\$ 60.000,00 ao Lote 02.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

I) 02.01.00. 04.122.003.2.0006 GESTÃO E COORDENAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

11.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução dos recursos evitando práticas corruptas e fraudulentas.

11.2 Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

11.3 **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

11.4 **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

11.5 **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

11.6 **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato.

11.7 **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do Município em promover inspeção.

Além Paraíba, 09 de março de 2026.

Elaborado por:

Felipe de Oliveira Veridiano
Chefe de Gabinete

Aprovado por:

Paulo Henrique Marinho Goldstein
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA**

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

APÊNDICE I - QUANTITATIVOS**Lote 1:**

Item	Descrição do objeto	Unid.	Qtd. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	Refeição: self-service à quilo	Kg	476	55,90	26.608,40
2	Água com gás – 500 ml	Unid.	138	3,00	414,00
3	Água sem gás – 500 ml	Unid.	138	2,50	345,00
4	Suco natural – 1 L	Unid.	138	15,00	2.070,00
5	Suco em lata – 290 ml	Unid.	138	7,00	966,00
6	Refrigerante em lata – 350 ml	Unid.	138	6,00	828,00
7	Refrigerante – 2 L	Unid.	138	14,00	1.932,00

Lote 2:

Item	Descrição do objeto	Unid.	Qtd. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	Hospedagem em Apartamento Individual com no mínimo: com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30. Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h	Diária	105	100,00	10.500,00
2	Hospedagem em Apartamento Duplo com no mínimo: duas camas de solteiro, com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30.	Diária	105	190,00	19.950,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA**

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

	Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h				
3	Hospedagem em Apartamento Triplo com no mínimo: 03 camas de solteiro, com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30. Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h	Diária	37	270,00	9.990,00
4	Hospedagem em Apartamento Quádruplo com no mínimo: 04 camas de solteiro, com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30. Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h	Diária	27	360,00	9.720,00
5	Hospedagem em Apartamento Quíntuplo com no mínimo: 05 camas de solteiro, com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30. Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h	Diária	22	445,00	9.790,00